

## **Análise das Contas Regionais 2010 - 2019**

**Antonio Ricardo Norões Vidal**

Coordenador de Estudos e Pesquisas  
Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas  
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE  
Banco do Nordeste do Brasil

**Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão**

Gerente de Produtos e Serviços Bancários  
Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas  
Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE  
Banco do Nordeste do Brasil

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente informe analisa o desempenho do nível da atividade econômica no período de 2010 a 2019, de acordo com dados das Contas Regionais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) do País, em 2019, foi de R\$ 7,39 trilhões, contra R\$ 7,30 trilhões em 2018. Os cinco maiores estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, concentravam 64,0% do PIB nacional. Entre os cinco maiores, somente o PIB do Rio de Janeiro perdeu participação, passando de 10,83% do PIB nacional em 2018, para 10,56% em 2019, variação negativa de -0,28 pontos percentuais.

Os cinco menores PIBs brasileiros são de estados da Região Norte e Nordeste. Em contrapartida, avaliando a variação do PIB no período 2010 a 2019, observa-se que as regiões Norte (+2,5%) e Nordeste (+1,6% a.a.) cresceram acima da média nacional (+1,4%).

Nos estados da Região Nordeste, todos apresentaram crescimento do PIB, entre os anos de 2010 a 2019. Nesse período, seis estados cresceram acima da média nacional, com destaque para Maranhão (+2,7%) e Piauí (+2,4%).

Além dessa breve introdução e da posterior conclusão, o documento subdivide-se em três seções, buscando avaliar o desempenho econômico no período e mantendo o foco na comparação de 2019 em relação a 2018.

Na primeira seção, estuda-se o desempenho do PIB dos estados brasileiros no ano de 2019 e no período de 2010 a 2019, analisando a evolução do grau de concentração da produção entre as regiões, bem como a geração de riqueza pelos Estados a partir de um indicador de produtividade desenvolvido pelo Etene. Na segunda seção, avalia-se o PIB per capita dos estados em 2019. Na

terceira seção, buscou-se detalhar o desempenho dos setores econômicos no PIB das regiões e nas Unidades Federativas do Nordeste.

A análise dos resultados das contas regionais permite que se avalie o desempenho recente da economia brasileira, das regiões e estados, identificando-se ainda os setores mais dinâmicos do País e do Nordeste. Os resultados obtidos permitem também que se verifique a persistência das disparidades espaciais de renda per capita no Brasil. As informações e dados gerados no presente informe oferecem valiosos subsídios para a formulação de políticas regionais de desenvolvimento.

## **2 DESEMPENHO DO PIB**

### **2.1 PIB pela ótica da renda**

Em 2019, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil, foi de 43,5% na Remuneração do trabalho, 41,2% no Excedente operacional bruto (rendimento do capital) e Rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 15,2% em Impostos totais.

No Nordeste, com 46,7%, a Remuneração do trabalho tem peso maior que nas demais, e conseqüentemente, a Região é a que tem o menor peso do Excedente operacional bruto e do Rendimento misto. Este fato vincula ao perfil econômico da Região marcado pela significativa participação das atividades de serviços, com ênfase em serviços públicos.

O Estado de Pernambuco é o que tem maior peso dos impostos no PIB renda, 15,7%, acima da Bahia (13,6%) e semelhante à Região Sul (15,2%), revelando que tem uma indústria de transformação importante (a geração de mais tributos por Pernambuco deve estar ligada a um menor índice de subsídios fiscais.). Em contrapartida, Pernambuco é a terceira menor participação do Excedente operacional bruto e do Rendimento misto, com 38,4%, superando apenas a Paraíba (36,2%) e Ceará (37,4%).

Enquanto Alagoas, em 2019, com participação da Remuneração dos empregados de 44,1%, foi o único Estado do País em que esse componente não foi o de maior valor relativo no PIB - o peso do Excedente operacional bruto mais o Rendimento misto bruto foi de 45,1%. Isso, denota o peso da indústria e agropecuária relativamente superior na economia do estado alagoano. A Tabela 1 apresenta o PIB pela ótica da renda.

Tabela 1 - Participação dos Componentes do PIB - Ótica da Produção e da Renda (%) – 2019

Estados / Regiões	PIB pela ótica da produção (%)		Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda (%)		
	Valor adicionado	Imposto sobre o produto	Remuneração	Impostos sobre a produção	EOB e RM
Norte	88,8	11,2	40,9	12,2	46,9
Nordeste	87,5	12,5	46,7	13,4	39,8
Maranhão	86,6	13,4	44,3	14,2	41,5
Piauí	89,3	10,7	49,5	11,4	39,2
Ceará	87,5	12,5	49,1	13,5	37,4
Rio Grande do Norte	89,5	10,5	48,1	11,4	40,6
Paraíba	88,7	11,3	51,6	12,2	36,2
Pernambuco	85,4	14,6	45,9	15,7	38,4
Alagoas	89,9	10,1	44,1	10,8	45,1
Sergipe	89,2	10,8	49,3	11,6	39,1
Bahia	87,5	12,5	44,9	13,6	41,4
Sudeste	84,8	15,2	43,0	16,6	40,4
Sul	86,0	14,0	41,8	15,2	42,8
Centro-Oeste	88,9	11,1	46,7	12,1	41,3
<b>Brasil</b>	<b>86,0</b>	<b>14,0</b>	<b>43,5</b>	<b>15,2</b>	<b>41,2</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene.

Nota: EOB – Excedente Operacional Bruto; RM – Rendimento Misto.

## 2.2 PIB pela ótica da produção

Cabe salientar que as variações do PIB em 2019, como nos anos anteriores, têm uma dispersão razoável dentro das regiões. No Norte, por exemplo, enquanto Tocantins cresceu 5,2%, frente ao ano de 2018, o Estado do Acre cresceu apenas 0,2%, e o Pará apresentou retração de -2,3%. No Sudeste, observa-se estrutura semelhante, São Paulo aumentou em 1,7% e Espírito Santo reduzindo sua atividade econômica em -3,8%. A Região Nordeste tem a segunda menor dispersão (coeficiente de variação de 0,7), só sendo superada pelo Centro-Oeste (coeficiente de variação de 0,6).

Em 2019, treze estados tiveram desempenhos acima da média nacional (+1,2%) frente ao realizado em 2018. A maior elevação ocorreu no Estado de Tocantins (+5,2%), cujo resultado foi influenciado pelo bom desempenho da Agricultura, inclusive Apoio à agricultura e à pós-colheita, Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, além da atividade de Construção, especialmente das culturas de soja, arroz e milho. O pior resultado ficou com o Espírito Santo (-3,8%).

No ano de 2019, alguns estados nordestinos que se destacaram na evolução do PIB, não são os mesmos com índices relevantes no período 2010-2019. Sergipe, por exemplo, foi o estado que mais cresceu em 2019, com aumento de 3,6% frente ao praticado em 2018. No entanto, atingiu a última colocação no período 2010-2019, com variação de 0,5% a.a.

Em 2019, em **Sergipe** (+3,6), a Agropecuária representava 5,1% do Valor Adicionado Bruto do Estado, a Indústria, 19,7% e o Setor de Serviços, 75,1%. Na Agropecuária, destacou-se o crescimento em Agricultura, inclusive apoiada pela agricultura e a pós-colheita, com alta de +52,62%, a Pecuária, +8,6% e a Produção florestal, pesca e aquicultura em +14,6%. O Valor

Adicionado Bruto da Indústria e do Setor de Serviços apresentou muito abaixo da média do Estado, -1,5% e -0,3%, respectivamente. Na Indústria, apesar da evolução na Indústria de transformação, que tem importante participação no Valor Adicionado Bruto do setor, a atividade mais relevante, Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação, 42,5% de participação no setor, cresceu 18,5%. No Setor de Serviços, Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, que é a atividade mais importante do setor, 39,5%, avançou 5,7% frente ao ano de 2018.

No **Ceará**, a Agropecuária também teve grande influência na taxa de crescimento do Valor Adicionado Bruto de 2014 do Estado (+2,1%), com avanço de 9,8%. Em 2019, Produção florestal, pesca e aquicultura cresceu 13,1%, seguida pela Pecuária e agricultura que avançaram 11,7% e 8,5%, respectivamente. O Setor de Serviços cresceu 0,8%, superior à média da variação do Valor Adicionado Bruto do Estado, -0,7%, em 2019. Os destaques são as atividades financeiras, seguro e serviços relacionados, +7,5% (participação de 5,4% no setor) e Administração, defesa, educação e saúde e seguridade social, +1,1% (participação de 30,8% no setor). O destaque negativo é baixo desempenho em Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, -0,6%, que têm peso relevante no setor, 18,6%. Os resultados da Indústria cearense em 2019 permaneceram aos menores níveis do período de 2010 a 2019, com retração em todas as atividades econômicas do setor. O principal fator para isto foi a redução de -12,5% na Indústria de transformação, que tem a maior participação do setor, cerca de 50,8%; e o encolhimento da Construção de -18,1%, tendo a subatividade segunda maior participação da Indústria, com 24,8%. Além, da variação negativa de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,9%) e indústrias extrativas (-9,7%).

Em **Alagoas** (+1,9%), a Agropecuária representa 17,8% do Valor Adicionado Bruto, quando a média regional é 6,5%. A Indústria, 12,1% e os Serviços 70,1%. O setor relevante no crescimento do Valor Adicionado Bruto do Estado foi a Agropecuária (+53,4%); quanto à Indústria, o crescimento do setor avançou em +12,1%; e, em contrapartida, Serviços registrou queda de -8,6%, em 2019. Na Agropecuária, sobressaíram-se a Agricultura, +17,1%, que representava 82,5% do setor; a Produção florestal, com 10,4% de participação do setor, obteve aumento de 12,1%, e a Pecuária, apesar de ter a menor participação do setor, 7,1%, teve crescimento de 23,7%, em 2019.

No **Rio Grande do Norte** (+1,4%), o desempenho do Valor Adicionado Bruto foi de +1,4%, superior à média regional, +1,2%. Contribuem para o crescimento do Valor Adicionado Bruto do Estado, a Agropecuária e Serviços, com ampliação dos respectivos VAB's de +5,5% e +3,7%, em 2019. No entanto, a Indústria retraiu -2,8%, apresentando resultados negativos na Indústria de transformação (-1,9%, cuja participação no setor é de 33,7%), Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de resíduos (-4,2%, participação de 27,3% no setor) e Construção (-5,2%, que representa 22,9% do setor industrial).

Em **Pernambuco** (+1,1%), a Indústria representa 19,7% do Valor Adicionado Bruto, quando a média regional é 18,4%. A Agropecuária e Serviços participam com 4,5% e 75,8%. Os setores relevantes no crescimento do Valor adicionado Bruto do Estado em 2019 foi a Indústria (+3,9%) e Agropecuária (+7,5%), quanto o setor de serviços avançou 3,3%. Os resultados da Indústria de Pernambuco em 2019 foram animadores, com crescimento em todas as atividades econômicas do setor. O principal fator para isto foi a ampliação de +4,8% na Indústria de transformação, que tem a maior participação do setor, cerca de 63,3%; e a retomada da Construção de +1,5%, tendo

a subatividade a segunda maior participação da Indústria, com 19,5%. Mesmo as Indústrias extrativas e eletricidade e gás, esgoto, atividades de gestão de resíduos detenham as menores participações, com 0,4% e 16,7%, respectivamente, as subatividades cresceram +74,0% e +2,5%, nesta ordem, em 2019. Na Agropecuária, sobressaíram-se a Agricultura (+7,4%), que representava 50,0% do setor, e a Pecuária (+8,7%), com participação de 46,3%. A Produção florestal, pesca e aquicultura que, com a menor participação do setor, 3,7%, teve retração de -5,3%, em 2019.

Na **Bahia**, a Indústria teve grande influência na taxa de crescimento do Valor Adicionado Bruto de 2019 da Estado baiano (+0,8%), com avanço de 2,0%. No entanto, a Agropecuária e Serviços decresceram -6,9% e -4,0%, respectivamente. Os resultados da indústria cearense permaneceram aos níveis de 2013, com ténue crescimento de apenas 0,4%. O principal fator para isto foi a redução de -2,8% na Indústria de transformação, que tem a maior participação do setor, 49,2%. Mesmo com a atividade de Construção crescendo à taxa de 3,5% (participação de 36,8% no setor) não conseguiu reverter o processo de queda da Indústria de transformação. Na Agropecuária, sobressaíram-se a Produção florestal, pesca e aquicultura, +6,1%, que representava 7,1% do Setor e Pecuária, com 23,4% de participação, obteve aumento de 5,7%. Contudo, a Agricultura, cuja participação no setor é de 69,4%, retraiu 11,5% em comparação ao ano de 2018, desta forma, puxando o Setor Agropecuário para resultados negativos. Vale enfatizar que o resultado da Agricultura deriva da quebra da Safra de 2019 nas principais culturas, como café (-27,5%), milho (-16,7%) e soja (-15,5%). O Setor de Serviços contraiu -4,0%, com maior intensidade do que a variação média do Valor Adicionado Bruto do Estado, -0,7%, em 2019. As atividades de Comércio, -6,7% (participação de 17,8% no setor) e atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares, -10,8% (participação de 12,7% no setor) repercutiram no desempenho negativo de serviços. Os destaques positivos foram para Transporte, +7,8% (com participação de 6,8% no setor) e Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa e seguridade social, +1,5%, que têm peso relevante no setor, 30,4%.

No **Maranhão** (+0,7%), o Setor Agropecuário é o destaque, compensando o baixo crescimento do Valor Adicionado Bruto da indústria (-24,2%) e Serviços (-0,7%), em 2019. A Agropecuária registrou acréscimo de +1,6%, com ênfase para a Pecuária, +8,6% (cuja participação foi de 28,3% no setor). Já, a Indústria foi impactada na Indústria de transformação, -40,3% (participação de 33,7% do setor), na atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão, -19,8% (participação de 31,2%) e em Construção, -17,3% (participação de 26,4%). Em contrapartida, Indústria extrativa cresceu 89,6% em 2019, embora, a atividade detenha 8,6% no setor.

Na **Paraíba** (+0,6%), os destaques positivos foram os setores de Serviços e Agropecuária, com resultados de +3,1% e +1,3%, respectivamente. Na Indústria (-0,3%), o único resultado positivo foi Construção, 3,0% (participação de 33,2% no setor). As principais involuções ficaram com a Indústria de transformação, -1,0% (participação de 41,9% no setor) e Eletricidade e gás, água, esgoto e atividades de gestão de resíduos e descontaminação, -1,1% (participação de 23,7% no setor). No Setor de Serviços (+3,1%), destacam-se a atividade de Comércio, que cresceu +16,0% e que tem participação relativa de 18,5% e Administração pública, +1,7% (participação de 40,9% no setor). A Agricultura registrou decréscimo de -2,2%, que participa com 41,9% do setor. No entanto, a Pecuária e a Produção florestal cresceram 5,0% e 1,7%, respectivamente, e detêm cerca de 39,3% e 18,8% do setor, nesta ordem.

No **Piauí** (-0,6%), o desempenho do Valor Adicionado Bruto foi de retração, -0,6%, ficando abaixo da média regional, +1,2%. Todos os setores contribuíram para o baixo desempenho do Estado. Agropecuária, que detém 8,0% do setor, encolheu -4,9%, em 2019. O resultado negativo advém da Agricultura, com retração de -7,0%, participa com o maior peso no setor, cerca de 77,3%. }As demais subatividades pontuaram positivamente: Pecuária (+16,1%) e Produção florestal, pesca e aquicultura (+6,6). A Indústria (-8,0%) teve maior retração na subatividade da Construção (-7,2%) e Indústrias de transformação (-10,7%), que participam com 44,8% e 24,3% no setor, respectivamente. Em Serviços (-0,9%), a redução foi maior em Transporte, armazenagem e correio (-4,9%), Atividades administrativas (-4,2%) e Educação e saúde privadas (-3,3%). Alojamento e alimentação (-2,2%). Em contra ponto, ocorreram avanços significativos em Serviços domésticos (+7,8%), Atividades financeiras (+5,6%) e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (+3,9%, que representam 19,0% do Setor de Serviços.

### 2.3 Análise do desempenho do PIB no período 2010 - 2019

A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento econômico no período de 2010 a 2019, no valor acumulado de 14,9%. O Produto Interno Bruto – PIB a preços de mercado acumulado no ano de 2019, apresentou crescimento de 1,2% em relação ao ano de 2018. Observa-se que no período de 2010 a 2019, o incremento anual real médio foi de 1,4%. Em 2015 e 2016 começou a inversão do ciclo, em que o PIB retraiu -3,4% e -4,5%, respectivamente.

No período 2010–2019, o incremento real médio foi de 1,4%. No período em questão, ainda se refletia uma situação em que os largos superávits das contas externas, que além dos preços das commodities também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável às economias emergentes. A partir de 2013, os preços das commodities começaram a desabar no mercado internacional e os termos de troca deixam de ser favoráveis ao País. Associado a isso, políticas expansionistas foram adotadas – indução ao aumento do crédito, redução das taxas de juros e crescimento do gasto público – e tudo isto não arrefeceu o começo do ciclo recessivo a partir de 2014. O período posterior, 2015 e 2016, apresentou uma aguda crise, em que a atividade econômica retraiu -3,5% e -4,5%, nesta ordem.

O crescimento médio do PIB nacional, no período 2010 – 2019, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Centro-Oeste (+2,6% a.a.), Norte (+2,5% a.a.), Sul (+1,7% a.a.), Nordeste (+1,6% a.a.), e Sudeste (+0,9% a.a.) – destacando os estados de Tocantins (+4,4% a.a.), Mato Grosso (+4,2% a.a.), Roraima (+3,6% a.a.), Mato Grosso do Sul (+3,4%) e Maranhão (+2,7% a.a.), que tiveram as melhores taxas em suas respectivas regiões. Os estados do Nordeste que apresentaram os menores resultados foram Rio de Janeiro (+0,5% a.a.), Sergipe (+0,5% a.a.), Bahia (+0,8% a.a.), São Paulo (+1,0% a.a.) e Minas Gerais (1,1% a.a.), no período de 2010 a 2019.

Entre 2010 e 2019, Tocantins foi o estado com a maior alta acumulada do PIB (+53,7%). No mesmo período, 21 Unidades da Federação cresceram mais que o Brasil (+14,9%), observando que todos os estados das regiões Norte e Centro-Oeste cresceram acima da média nacional. Rio de Janeiro teve a menor variação da taxa acumulada (+5,0%), sendo que todos os estados da Região Sudeste, à exceção do Espírito Santo (17,2%), ficaram abaixo da média nacional.

No período de 2010 e 2019, São Paulo foi o estado que mais perdeu participação no PIB, deixou de contribuir com 1,54 ponto percentual (p.p.), passando de 33,2% para 31,78%. Mesmo assim, o Estado ainda representa cerca de um terço da economia Nacional. Neste período, Rio de Janeiro (-1,02 p.p.), Espírito Santo (-0,34 p.p.) e Minas Gerais (-0,21 p.p.) também tiveram perdas na participação no PIB nacional. Desta forma, o Sudeste perdeu 3,11 pontos percentuais; no entanto, participa com 53,0% do PIB nacional em 2019.

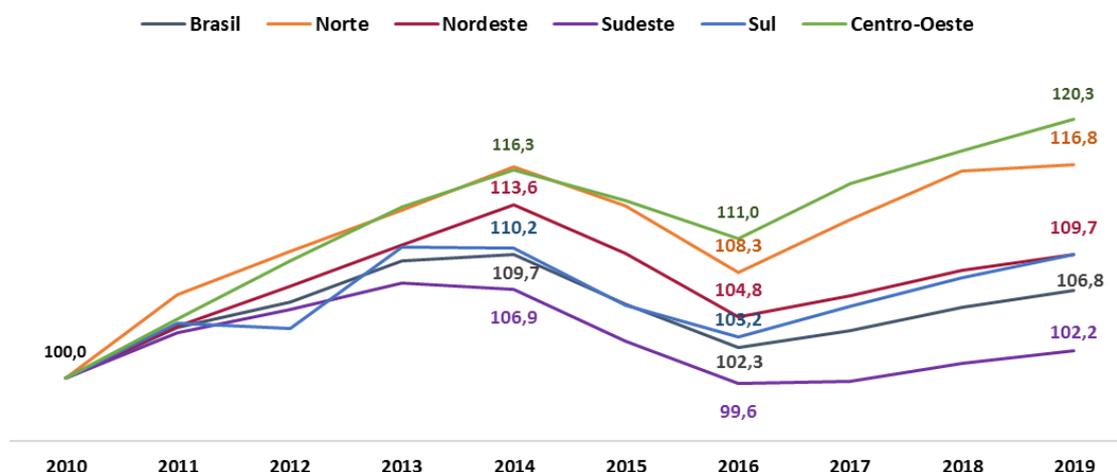
Tabela 2 – Evolução da Variação do PIB: 2010 - 2019 (%)

Regiões/Estados	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2010-2019
<b>Norte</b>	<b>6,5</b>	<b>3,2</b>	<b>2,9</b>	<b>3,0</b>	<b>-2,6</b>	<b>-4,6</b>	<b>3,8</b>	<b>3,4</b>	<b>0,5</b>	<b>28,6</b>
Rondônia	5,2	3,3	0,8	3,7	-3,1	-4,1	5,4	3,2	1,0	29,8
Acre	4,3	6,2	2,3	4,4	-1,5	-2,4	0,2	0,5	0,2	23,1
Amazonas	10,4	1,4	4,4	0,2	-5,4	-6,8	5,2	5,1	2,3	28,1
Roraima	3,2	4,8	5,5	2,5	-0,3	0,2	2,4	4,8	3,8	41,8
Pará	4,4	3,2	2,5	4,1	-0,9	-4,0	3,2	3,0	-2,3	23,8
Amapá	3,6	9,2	3,4	1,7	-5,5	-4,8	1,7	2,3	2,3	24,1
Tocantins	8,8	5,2	2,2	6,2	-0,4	-4,1	3,1	2,1	5,2	53,7
<b>Nordeste</b>	<b>4,1</b>	<b>3,0</b>	<b>3,1</b>	<b>2,8</b>	<b>-3,4</b>	<b>-4,5</b>	<b>1,6</b>	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>	<b>16,9</b>
Maranhão	6,5	4,3	5,6	3,9	-4,1	-5,6	5,3	2,9	0,7	30,2
Piauí	5,2	6,1	2,3	5,3	-1,1	-6,3	7,7	2,1	-0,6	27,1
Ceará	3,9	1,6	5,1	4,2	-3,4	-4,1	1,5	1,4	2,1	20,1
Rio Grande do Norte	5,4	0,6	4,5	1,6	-2,0	-4,0	0,5	1,8	1,4	14,3
Paraíba	5,7	4,1	5,8	2,9	-2,7	-3,1	-0,1	1,1	0,6	26,9
Pernambuco	4,5	3,9	2,9	1,9	-4,2	-2,9	2,1	1,9	1,1	19,5
Alagoas	4,7	2,0	0,4	4,8	-2,9	-1,3	3,3	1,1	1,9	20,7
Sergipe	4,8	1,5	1,0	0,4	-3,3	-5,2	-1,1	-1,8	3,6	5,3
Bahia	2,1	3,0	1,3	2,3	-3,4	-6,2	0,0	2,3	0,8	8,0
<b>Sudeste</b>	<b>3,5</b>	<b>1,8</b>	<b>2,0</b>	<b>-0,5</b>	<b>-3,8</b>	<b>-3,2</b>	<b>0,2</b>	<b>1,4</b>	<b>1,0</b>	<b>9,9</b>
Minas Gerais	2,5	3,3	0,5	-0,7	-4,3	-2,0	1,7	1,3	0,0	11,4
Espírito Santo	7,4	-0,7	-0,1	3,3	-2,1	-5,2	0,5	3,0	-3,8	17,2
Rio de Janeiro	2,6	2,0	1,3	1,5	-2,8	-4,4	-1,6	1,0	0,5	5,0
São Paulo	3,8	1,5	2,8	-1,4	-4,1	-3,0	0,3	1,5	1,7	10,7
<b>Sul</b>	<b>4,3</b>	<b>-0,4</b>	<b>6,1</b>	<b>-0,1</b>	<b>-4,1</b>	<b>-2,4</b>	<b>2,4</b>	<b>2,1</b>	<b>1,7</b>	<b>18,1</b>
Paraná	4,6	0,0	5,5	-1,5	-3,4	-2,6	2,0	1,2	0,9	17,0
Santa Catarina	3,5	1,7	3,5	2,4	-4,2	-2,0	4,0	3,7	3,8	23,6
Rio Grande do Sul	4,6	-2,1	8,5	-0,3	-4,6	-2,4	1,8	2,0	1,1	15,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>4,6</b>	<b>4,4</b>	<b>3,9</b>	<b>2,5</b>	<b>-2,1</b>	<b>-2,6</b>	<b>3,9</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>	<b>28,7</b>
Mato Grosso do Sul	3,4	6,0	6,6	2,6	-0,3	-2,6	4,9	2,5	-0,5	39,1
Mato Grosso	5,7	11,0	3,5	4,4	-1,9	-6,2	12,1	4,3	4,1	50,5
Goiás	5,8	4,5	3,1	1,9	-4,3	-3,5	2,3	1,4	2,2	24,2
Distrito Federal	3,7	0,8	3,7	2,0	-1,0	0,0	0,3	1,7	2,1	18,9
<b>Brasil</b>	<b>4,0</b>	<b>1,9</b>	<b>3,0</b>	<b>0,5</b>	<b>-3,5</b>	<b>-3,3</b>	<b>1,3</b>	<b>1,8</b>	<b>1,2</b>	<b>14,9</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene.

A evolução da série encadeada do volume do PIB, observada na tabela 2, pode ser representada pelo gráfico 1, a seguir, mostrando a trajetória ascendente de todas as regiões do Brasil no período, com destaque para as Regiões Norte e Centro-Oeste que tiveram a maior taxa de crescimento do País.

Gráfico 1 – Série Encadeada do Volume do PIB – 2010 a 2019



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Sebrae/Caged (2022).

No Nordeste, merecem destaques os estados do Maranhão (+2,7%), Piauí (+2,4%), Paraíba (+2,4%), Alagoas (+1,9%), Ceará (+1,9%) e Pernambuco (+1,8%), que cresceram acima da média nacional (+1,4%), o período de 2010 a 2019. Cabe observar que a Região (+1,6%), em sua totalidade, também evoluiu acima da média nacional.

A Bahia que tem grande peso na composição produtiva do Nordeste, representava 28,0% da economia nordestina em 2019, registrou cinco anos de crescimentos abaixo da média nacional, entre 2010 a 2019, e, de fato puxou a média regional neste período. O setor de serviços, que representa 49,67% de seu Valor Adicionado Bruto do Estado, neste ano, regrediu -5,7%, com relação a 2018, e no período 2010-2019 reduziu em -1,5% ao ano. Associado a este fato, observou-se queda no Valor Adicionado Bruto da agropecuária, -0,2% a.a., e um retrocesso na indústria de -1,2% a.a., entre os anos de 2010 e 2019. Neste período, cabe salientar que o Valor Adicionado da Produção da administração pública ampliou +0,2%.

## 2.4 Evolução das participações no PIB no período 2010 - 2019

A participação das regiões no Produto Interno Bruto do Brasil é mostrada na Tabela 3. De 2010 a 2019, apenas o Sudeste reduziu a participação no PIB do País, perda na contribuição do PIB de -3,1 pontos percentuais. Nesse período, a Região Sul obteve maior ganho, com ampliação de 1,3 p.p., seguido pelo Centro-Oeste (+0,8 p.p.), Nordeste (+0,7 p.p.) e Norte (+0,4 p.p.).

A perda de participação do Sudeste (-3,1 p.p.), em relação a 2010, foi devido às reduções das participações em todos os seus estados, com maior queda em São Paulo (-1,5 p.p.), seguido por Rio de Janeiro (-1,0 p.p.), Espírito Santo (0,3 p.p.) e Minas Gerais (-0,2 p.p.). No caso de São Paulo, o Estado perdeu participação a cada ano de 2010 a 2019, acompanhando a gradativa perda de participação da indústria de transformação do Estado.

Com participação de 17,2% do Produto Interno Brasileiro em 2019, a Região Sul foi a que mais evoluiu em nível de participação no PIB de 2010, 16,0%. Isso porque Paraná e Santa Catarina

cresceram 0,5 p.p. e 0,4 p.p., respectivamente. O Rio Grande do Sul também avançou em participação, 0,3 p.p.

A participação do Centro-Oeste no PIB nacional obteve acréscimo de 0,8 p.p., no período de 2010 a 2019. Esse resultado foi em função dos resultados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com ganhos de 0,5 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente. O Distrito Federal manteve participação, enquanto Goiás avançou 0,1 p.p.

A Região Norte ganhou participação de 0,4% no PIB brasileiro. Destaque para os Estados do Pará e Tocantins que ganharam 0,3 p.p. e 0,1 p.p., assim, compensando a perda de 0,1 p.p. do Estado do Amazonas, e contribuindo para o ganho da Região.

No Nordeste (+0,7 p.p.), o grande destaque foi para Ceará e Pernambuco, com ganho de 0,2 p.p., cada, no período. Também se sobressaíram Alagoas, Paraíba, Maranhão e Piauí, aumento de 0,1 p.p., cada, em relação a 2010. No sentido contrário, Sergipe perdeu 0,1 p.p. de participação. Bahia e Rio Grande do Norte permaneceram com a mesma base de participação de 2010.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto, participação por Região (%) - 2010 a 2019

Regiões/Estados	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Norte</b>	<b>5,3</b>	<b>5,5</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>5,3</b>	<b>5,3</b>	<b>5,4</b>	<b>5,6</b>	<b>5,5</b>	<b>5,7</b>
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,6	0,6
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,6	1,6	1,5	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2	2,4	2,3	2,4
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
<b>Nordeste</b>	<b>13,5</b>	<b>13,3</b>	<b>13,6</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>14,2</b>	<b>14,3</b>	<b>14,5</b>	<b>14,3</b>	<b>14,2</b>
Maranhão	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,4	1,3
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2	2,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Paraíba	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Pernambuco	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7	2,8	2,7	2,7
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,0	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,1	4,1	4,1	4,0
<b>Sudeste</b>	<b>56,1</b>	<b>56,1</b>	<b>55,9</b>	<b>55,3</b>	<b>54,9</b>	<b>54,0</b>	<b>53,2</b>	<b>52,9</b>	<b>53,1</b>	<b>53,0</b>
Minas Gerais	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	8,7	8,7	8,8	8,8	8,8
Espírito Santo	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7	1,7	2,0	1,9
Rio de Janeiro	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	11,0	10,2	10,2	10,8	10,6
São Paulo	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2	32,4	32,5	32,2	31,6	31,8
<b>Sul</b>	<b>16,0</b>	<b>15,9</b>	<b>15,9</b>	<b>16,5</b>	<b>16,4</b>	<b>16,8</b>	<b>17,0</b>	<b>17,0</b>	<b>17,1</b>	<b>17,2</b>
Paraná	5,8	5,9	5,9	6,3	6,0	6,3	6,4	6,4	6,3	6,3
Santa Catarina	4,0	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1	4,2	4,3	4,4
Rio Grande do Sul	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,5	6,4	6,5	6,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>9,1</b>	<b>9,1</b>	<b>9,2</b>	<b>9,1</b>	<b>9,4</b>	<b>9,7</b>	<b>10,1</b>	<b>10,0</b>	<b>9,9</b>	<b>9,9</b>
Mato Grosso do Sul	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5	1,5	1,5	1,4
Mato Grosso	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	2,0	1,9	2,0	1,9
Goiás	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,9	2,9	2,8	2,8
Distrito Federal	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8	3,7	3,6	3,7
<b>Brasil</b>	<b>100,0</b>									

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene.

As participações relativas no PIB e na população brasileira para os estados e regiões brasileiras são apresentadas na Tabela 4. Por sua vez, os dados apresentados na coluna 4 da referida tabela podem ser utilizados como uma “proxy” para um indicador de produtividade regional/estadual. O indicador relaciona as seguintes variáveis:

$$\frac{\text{(PIB do Estado / PIB do Brasil)}}{\text{(População do Estado / População do Brasil)}}$$

(População do Estado / População do Brasil)

Quando o indicador é maior que um, sinaliza que a participação do PIB estadual, em termos de PIB brasileiro, é maior que a participação da população estadual no total da população do Brasil. Ou seja, a riqueza gerada por habitante, em termos estaduais, é maior que a riqueza gerada por habitante na totalidade do País. Nesse caso, deduz-se que o Estado tem maior produtividade quando comparado com a média do Brasil. Por outro lado, quando o indicador é menor do que uma unidade, conclui-se que a produtividade estadual é menor em comparação com a produtividade média da nação.

O que se pode depreender dos resultados é que as regiões Norte e Nordeste têm indicadores muito baixos, em comparação com as outras regiões, indicando uma precária geração de riqueza por habitante ou, dito de outra forma, uma incidência maior do número de habitantes vivendo em condições de pobreza, não observadas nas outras regiões.

Neste ranking, a Região Nordeste fica em último lugar; pois, seu nível de produtividade, quer dizer, sua geração de riqueza por habitante é apenas 52,2% da riqueza gerada por habitante do País. Vale salientar que a Região Nordeste tem participações na população do País relativamente mais altas que sua participação no PIB nacional.

Entre os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, todos os estados apresentaram o indicador maior que um (1,0). Apenas Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo têm o indicador menor que um (1,0), mas, mesmo assim, maior que qualquer estado do Nordeste.

É importante salientar que, dentre os estados com indicador menor que a unidade, o contingente populacional rural ainda é bastante significativo, especialmente nos estados do Nordeste.

Nesta Região, a participação da população rural (26,9%) é superior à média nacional (15,3%). Cabe enfatizar que os estados nordestinos, com menor valor no indicador (0,4), são os que têm a maior participação da população rural. Nos estados do Nordeste, a agricultura familiar é relevante, e trabalha com culturas tradicionais e de subsistência, que conseqüentemente, contribui para uma menor geração de renda monetária por habitante.

Tabela 4 – Participação percentual dos Estados e Regiões no PIB e população total e rural (2019)

Estados	PIB (A)	População (B)	(A) / (B)	População Rural
<b>Norte</b>	<b>5,69</b>	<b>8,77</b>	<b>0,65</b>	<b>24,99</b>
Rondônia	0,64	0,85	0,75	23,52
Acre	0,21	0,42	0,50	28,91
Amazonas	1,46	1,97	0,74	15,99
Roraima	0,19	0,29	0,67	15,72
Pará	2,41	4,09	0,59	31,55
Amapá	0,24	0,40	0,59	13,36
Tocantins	0,53	0,75	0,71	21,66
<b>Nordeste</b>	<b>14,18</b>	<b>27,16</b>	<b>0,52</b>	<b>26,90</b>
Maranhão	1,32	3,37	0,39	40,36
Piauí	0,71	1,56	0,46	32,90
Ceará	2,21	4,35	0,51	27,45
Rio Grande do Norte	0,97	1,67	0,58	22,84
Paraíba	0,92	1,91	0,48	19,97
Pernambuco	2,68	4,55	0,59	20,15
Alagoas	0,80	1,59	0,50	26,10
Sergipe	0,60	1,09	0,55	29,12
Bahia	3,97	7,08	0,56	25,86
<b>Sudeste</b>	<b>53,02</b>	<b>42,05</b>	<b>1,26</b>	<b>6,90</b>
Minas Gerais	8,82	10,07	0,88	15,99
Espírito Santo	1,86	1,91	0,97	15,00
Rio de Janeiro	10,56	8,22	1,28	2,64
São Paulo	31,78	21,85	1,45	3,43
<b>Sul</b>	<b>17,22</b>	<b>14,26</b>	<b>1,21</b>	<b>14,90</b>
Paraná	6,31	5,44	1,16	12,64
Santa Catarina	4,37	3,41	1,28	16,26
Rio Grande do Sul	6,53	5,41	1,21	14,98
<b>Centro-Oeste</b>	<b>9,90</b>	<b>7,76</b>	<b>1,28</b>	<b>10,20</b>
Mato Grosso do Sul	1,45	1,32	1,09	10,79
Mato Grosso	1,92	1,66	1,16	18,30
Goiás	2,82	3,34	0,85	8,37
Distrito Federal	3,70	1,43	2,58	4,68
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>1,00</b>	<b>15,28</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) A população foi estimada para 1º de julho de 2014, segundo os municípios, enviada ao TCU em 31/10/2014 (IBGE). A participação da população rural foi extraída da PNAD, 2015 (IBGE).

### 3.3 DESEMPENHO DO PIB *Per Capita*

Em 2019, um resultado interessante a ser mostrado é que as regiões Centro-Oeste (R\$ 44.876), Sudeste (R\$ 44.330) e Sul (R\$ 42.437) obtiveram PIB per capita acima da média do País (R\$ 35.162). Enquanto, Norte (R\$ 22.134) e Nordeste (R\$ 18.359) permanecem no patamar menor que a média nacional.

Segundo o IBGE (2021), oito Unidades da Federação apresentaram o PIB per capita acima da média brasileira: Distrito Federal (R\$ 90.743), São Paulo (51.141), Rio de Janeiro (R\$ 45.174), Santa Catarina (R\$45.118), Rio Grande do Sul (R\$ 42.406), Paraná (40.789), Mato Grosso (R\$ 40.787) e Mato Grosso do Sul (R\$ 38.483). Neste conjunto, figuram todos os estados da Região Sul, dois da Região Sudeste e três da Região Centro-Oeste. Com o PIB per capita de R\$ 90.743, o Distrito Federal figura como o maior nesse índice, representa 2,6 vezes o PIB per capita do País e 1,8 vezes do registrado em São Paulo, que configura o segundo maior PIB per capita do País.

No ranking de crescimento entre 2019 e 2018, dezessete Unidades Federativas cresceram acima da média nacional (+4,7%). As variações mais significativas ficaram para Pará (+9,4%), Tocantins (+9,1%), Alagoas (+7,9%) e Santa Catarina (+7,0%).

Na Região Nordeste, o PIB per capita de cinco estados cresceu acima da média nacional (+4,7%): Alagoas (+7,9%), Rio Grande do Norte (+5,7%), Pernambuco (+5,5%), Sergipe (+5,4%) e Paraíba (+5,0%). Apenas Maranhão (-1,4%) teve redução nominal em seu PIB per capita.

Muito embora o PIB per capita do Nordeste tenha expandido 3,7%, frente a 2018, a Região continua exibindo o menor PIB per capita, apresentando o valor de R\$ 18.359, ficando em torno de 52,2% da média nacional no ano de 2019.

Os estados de Pernambuco (R\$ 20.702), Rio Grande do Norte (R\$ 20.342), Bahia (R\$19.716) e Sergipe (R\$ 19.441) possuem valores de PIB per capita maiores que a média da Região. No entanto, vale enfatizar que Sergipe possui a menor população do Nordeste (Tabela 5).

Os estados do Maranhão e Piauí possuem os menores PIB per capita, R\$ 13.758 e R\$ 16.125, respectivamente. Assim, Piauí apresenta 45,9% do PIB per capita brasileiro e o Maranhão 39,1%. Embora o Maranhão tenha obtido o 17º maior PIB brasileiro em 2019, e o quarto maior da Região, entende-se que o menor PIB per capita deste Estado resulta da variável populacional, que possui um pouco mais de 7,0 milhões de habitantes, quarta maior em população da Região. Em contrapartida, estes dois estados vêm diminuindo suas distâncias para o PIB per capita brasileiro, devido ao crescimento da participação deles no Brasil. Este processo está sendo observado em grande parte nos menores estados brasileiros, mesmo que lentamente, e denota um avanço destas economias maior que o crescimento populacional.

No período 2010–2019, o PIB per capita brasileiro melhorou de forma significativa. Os dados da Tabela 5 apresentam um PIB per capita do País de R\$ 35.162, em 2019. A partir dos dados do IBGE, para o PIB e população (censo 2010), calculou-se o PIB per capita de 2010, com R\$ 20.372, observa-se, então, crescimento nominal de 72,6%, no período analisado.

Entre as Regiões, de 2010 a 2019, o Sul obteve maior variação nominal do PIB per capita, +87,4%, seguido pelas Regiões Nordeste (+86,4%), Centro-Oeste (+77,7%), Norte (+69,5%) e Sul (+63,3%).

Nas Unidades Federativas, Piauí (+125,8%), Mato Grosso (+118,6%), Tocantins (+111,0%) e Alagoas (+103,2%) obtiveram crescimento superior aos cem por cento, no período de 2010 a 2019. Na Região Nordeste, além dos avanços significativos de Piauí (+125,8%) e Alagoas (+103,2%), evidencia-se o crescimento dos estados do Maranhão (+95,2%), Ceará (+90,7%) e Paraíba (+90,1%).

Dado o crescimento nominal do PIB per capita da Região Nordeste de 86,4%, a participação do PIB per capita da Região em relação ao PIB per capita do País, passou de 48,3% em 2010 para 52,2% em 2019. Esse crescimento sinaliza um ritmo de aproximação da Região em relação à média nacional, e que caso este processo continue ao longo dos próximos anos, a tendência será de redução das disparidades entre as Regiões.

Tabela 5 – Regiões e Estados do Nordeste: PIB, População <sup>(1)</sup> e PIB *per capita* – 2010 e 2019

Regiões/Estados	PIB (R\$ Milhões)		População Residente		PIB <i>per Capita</i> (R\$ 1,00)				
	2019 (preços correntes)	2018 (preços do ano anterior)	2019	2010	2019	2018	2010	Var. (%) 2019/2018	Var. (%) 2019/2010
<b>Norte</b>	<b>420.424.257</b>	<b>360.094.363</b>	<b>18.430.980</b>	<b>15.880.839</b>	<b>22.811</b>	<b>21.314</b>	<b>13.457</b>	<b>6,6</b>	<b>69,5</b>
<b>Nordeste</b>	<b>1.047.765.997</b>	<b>955.309.128</b>	<b>57.071.654</b>	<b>53.078.137</b>	<b>18.359</b>	<b>17.703</b>	<b>9.849</b>	<b>3,6</b>	<b>86,4</b>
Maranhão	97.339.938	80.886.228	7.075.181	6.569.683	13.758	13.956	7.049	-1,4	95,2
Piauí	52.780.785	43.284.101	3.273.227	3.119.015	16.125	15.432	7.140	4,3	125,8
Ceará	163.575.327	145.342.098	9.132.078	8.448.055	17.912	17.178	9.391	4,1	90,7
Rio Grande do Norte	71.336.780	65.021.725	3.506.853	3.168.133	20.342	19.250	11.421	5,4	78,1
Paraíba	67.986.074	59.186.984	4.018.127	3.766.834	16.920	16.108	8.899	4,8	90,1
Pernambuco	197.853.378	177.571.272	9.557.071	8.796.032	20.702	19.624	11.049	5,2	87,4
Alagoas	58.963.729	51.441.656	3.337.357	3.120.922	17.668	16.376	8.694	7,3	103,2
Sergipe	44.689.483	44.893.071	2.298.696	2.068.031	19.441	18.443	12.768	5,1	52,3
Bahia	293.240.504	288.077.125	14.873.064	14.021.432	19.716	19.324	11.013	2,0	79,0
<b>Sudeste</b>	<b>3.917.484.197</b>	<b>3.834.416.834</b>	<b>88.371.433</b>	<b>80.353.724</b>	<b>44.330</b>	<b>42.427</b>	<b>27.142</b>	<b>4,3</b>	<b>63,3</b>
<b>Sul</b>	<b>1.272.105.071</b>	<b>1.159.510.188</b>	<b>29.975.984</b>	<b>27.384.815</b>	<b>42.437</b>	<b>40.181</b>	<b>22.647</b>	<b>5,3</b>	<b>87,4</b>
<b>Centro-Oeste</b>	<b>731.351.478</b>	<b>607.940.761</b>	<b>16.297.074</b>	<b>14.050.340</b>	<b>44.876</b>	<b>43.200</b>	<b>25.253</b>	<b>3,7</b>	<b>77,7</b>
<b>Brasil</b>	<b>7.389.131.000</b>	<b>7.300.014.047</b>	<b>210.147.125</b>	<b>190.747.855</b>	<b>35.162</b>	<b>33.594</b>	<b>20.372</b>	<b>4,5</b>	<b>72,6</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) População estimada, segundo os municípios, enviada ao TCU em 01/07/2021.

#### 4 DESEMPENHO SETORIAL

##### Agropecuária

Entre 2019 e 2018, no Brasil, o Valor Adicionado da Agropecuária avançou 0,4%. Entre as Unidades Federativas, quatorze tiveram incrementos em suas produções, com destaque nos crescimentos de Sergipe (+33,2%), Tocantins (+31,4%), Alagoas (+15,4%), Mato Grosso (+11,5%), Ceará (+9,8%) e Pernambuco (+7,5%), vide Tabela 6.

Entre as atividades, Pecuária, *inclusive apoio à pecuária*, por sua vez, obteve variação positiva de +1,8%, no País. As variações mais relevantes da atividade foram em Rio Grande do Norte (+15,2%), Alagoas (+14,9%), Sergipe (+14,0%) e Mato Grosso (+10,2%).

As atividades de Agricultura, *inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* e produção florestal, pesca e aquicultura ficaram praticamente estáveis entre 2018 e 2019. Na Agricultura, *inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, os crescimentos mais importantes foram em Sergipe (+42,0%), Alagoas (+17,4%), Mato Grosso (+12,0%) e Ceará (+11,5%).

Por sua vez, em Produção florestal, pesca e aquicultura, a estabilidade, em volume, é reflexo do desempenho desigual da silvicultura entre as Unidades da Federação. Em Tocantins, de maior destaque na atividade, o crescimento atingiu 278,2%, entre 2019 e 2018. Nesse período, Sergipe (+14,3%) desponta em segundo no crescimento. Algumas Unidades Federativas apresentaram queda considerável, como em Mato Grosso do Sul (-13,0%) e São Paulo (-12,4%).

##### Indústria

A indústria no Brasil apresentou perda de -0,7% em 2019, em seu Valor Adicionado Bruto, em relação a 2018, em razão dos resultados negativos das atividades das Indústrias de transformação (-0,4%) e Indústrias extrativas (-9,1%). As atividades com resultado positivo em 2019 foram o Setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação que avançou +2,6% e Construção que cresceu +1,9%, em 2019.

Ainda sobre a Indústria, dezessete Unidades Federativas apresentaram crescimento, com destaque nas variações em Sergipe (+6,3%), Rio de Janeiro (+4,7%), Distrito Federal (+4,1%) e Roraima (+3,4%).

Na Região Nordeste, merecem destaque na Indústria, pela grande taxa de crescimento. Das nove Unidades Federativas, seis apontaram variação positiva no setor: Sergipe (+6,3%), Piauí (1,9%), Ceará (+1,7%), Maranhão (+0,9%), Pernambuco (+0,5%) e Bahia (+0,1%).

Vale ressaltar que as Unidades Federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor industrial, em 2019, com o Estado de Sergipe crescendo 6,3%, enquanto Alagoas obteve na indústria queda de -2,9%.

Em Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação o crescimento foi a atividade de maior encadeamento na indústria com variação de +2,6%, em 2019, amparado pelo aumento do consumo e geração de energia elétrica. Os Estados de Sergipe

(+25,1%), Roraima (+13,3%), Acre (+9,0%) e Ceará (+7,2%) se destacam em crescimento do volume na atividade.

Construção, que apresentou recuo no Valor Adicionado Bruto desde 2015, cresceu +1,9% em 2019, após cinco anos de queda. Os estados com maiores crescimentos foram Minas Gerais (+6,7%), Espírito Santo (+6,6%), Alagoas (+4,2%) e Bahia (+3,7%).

As Indústrias de transformação recuaram -0,4%, puxadas sobretudo pelas retrações no *Refino de petróleo e fabricação de outros de transportes*. As maiores quedas observadas no Setor da Indústria de Transformação ocorreram em Rio de Janeiro (-9,5%), Espírito Santo (-8,8%) e Maranhão (-8,6%). No Maranhão, a redução do volume foi justificada pela queda da produção na Metalurgia, em 2019.

Nas Indústrias extrativas (-9,1%), as reduções do volume mais significativas foram em Mato Grosso do Sul (-63,9%), Acre (-58,1%), e Minas Gerais (-45,6%), em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho-MG. Em contrapartida, as maiores variações no Setor das Indústrias extrativas ocorreram em Maranhão (+149,5%), Amapá (+39,3%) e Tocantins (+24,4%). O forte crescimento das Indústrias extrativas no Maranhão (+149,5%) é atrelado ao bom desempenho de Papel e celulose e Extração de minerais metálicos, cuja participação na Indústria geral do estado maranhense atingiu 10,5% e 8,1%, nesta ordem, em 2019.

## Serviços

Os Serviços, no Brasil, cresceram 1,5%, com destaque para a atividade de *Alojamento e alimentação* com taxa de 5,3%, seguido pela atividade de *Informação e comunicação* (+4,5%), *artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços* (+3,6%), *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (+3,3%) e *Atividades Imobiliárias* (+2,4%). Estas atividades representam 34,9% do Setor de Serviços. A Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social, atividade de maior peso do setor serviços (23,7%), decresceu apenas -0,4% e a segunda atividade de maior peso, Comércio (varejista e atacadista) e Reparação de veículos automotores e motocicletas, com participação de 17,7% no setor, registrou variação positiva de +1,6%.

No Nordeste, em 2019, apesar da perda do volume de 0,6% em Administração, defesa, educação e Saúde públicas e seguridade social, a atividade ainda permanece com a maior em participação, com peso de 34,5%. Em relação ao ano anterior, o crescimento foi computado apenas em Bahia (+0,3%), Paraíba (+0,3%) e Rio Grande do Norte (+0,2%). O desempenho negativo do setor na Região foi atrelado aos resultados, principalmente, do Piauí (-2,8%), Alagoas (-2,1%) e Maranhão (-2,1%).

O Comércio no Nordeste foi representado no setor de serviços em 17,7% em 2019, e obteve crescimento de +0,1% frente ao ano anterior. Os índices positivos foram em Bahia (+1,5%), Pernambuco (+0,6%), Alagoas (+0,4%) e Maranhão (0,3%), com taxas superiores à média regional. Os estados de Piauí (-4,8%), Sergipe (-1,5%) e Paraíba (-1,3%) registraram variações mais acentuadas negativamente. Rio Grande do Norte e Ceará também apresentaram decréscimo em seus volumes, -0,4% e -0,1%, respectivamente.

O Setor de Serviços cresceu em oito estados da Região Nordeste, em 2019, com destaque para Bahia (+1,6%) e Rio Grande do Norte (+1,6%), variação acima da média nacional (+1,5%). Apenas Piauí registrou retração no volume, decréscimo de -0,6% frente ao ano anterior.

Na Bahia, as maiores variações positivas no Setor de Serviços ocorreram em Atividades imobiliária, cujo crescimento foi de 4,1% e participação no setor em 12,7%; em seguida, Alojamento e alimentação (+3,9%, peso de 4,7%) e Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços Informação e comunicação (+3,5%, peso 2,2%).

No Rio Grande do Norte, destacam-se em crescimentos Atividades Imobiliárias, ampliou o volume em 5,1%, com contribuição no setor de 13,0%; na sequência: Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (+5,0%, peso 8,7%), Educação e saúde privadas (+3,5%, peso 5,6%) e Alojamento e alimentação (+3,5%, peso 4,8%).

Tabela 6 - Taxa de variação do crescimento do volume do Valor Adicionado Bruto, a Preços Básicos, por Atividades Econômicas (%) - 2019/2018

Regiões/Estados	VAB Bruto Total	VAB Agropecuário	VAB Industrial	VAB Serviços
<b>Norte</b>				
Rondônia	0,8	0,2	1,7	0,7
Acre	-0,2	-12,7	-2,9	1,4
Amazonas	1,8	-8,4	1,4	3,3
Roraima	3,6	4,9	3,4	3,6
Pará	-3,0	0,3	-13,2	1,7
Amapá	1,9	0,9	1,6	1,9
Tocantins	5,2	31,4	-4,2	2,2
<b>Nordeste</b>				
Maranhão	0,6	1,6	0,9	0,3
Piauí	-0,7	-4,5	1,9	-0,6
Ceará	1,9	9,8	1,7	1,5
Rio Grande do Norte	1,3	5,5	-0,7	1,6
Paraíba	0,6	1,3	-2,2	1,1
Pernambuco	0,8	7,5	0,5	0,5
Alagoas	2,2	15,4	-2,9	0,0
Sergipe	3,6	33,2	6,3	1,4
Bahia	0,6	-6,9	0,1	1,6
<b>Sudeste</b>				
Minas Gerais	-0,5	-3,6	-6,8	2,2
Espírito Santo	-4,2	-2,9	-15,9	1,6
Rio de Janeiro	0,5	-2,4	4,7	-0,9
São Paulo	1,5	0,1	-0,2	2,0
<b>Sul</b>				
Paraná	0,6	-8,5	2,2	1,3
Santa Catarina	3,4	-1,2	2,0	4,3
Rio Grande do Sul	0,8	3,0	0,2	0,8
<b>Centro-Oeste</b>				
Mato Grosso do Sul	-0,8	-6,1	-0,1	0,7
Mato Grosso	3,9	11,5	1,3	2,0
Goiás	2,1	1,4	2,9	1,9
Distrito Federal	1,9	1,2	4,1	1,8
<b>Brasil</b>	<b>1,0</b>	<b>0,4</b>	<b>-0,7</b>	<b>1,5</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene.

## 4.1 Evolução da Participação do VAB dos setores da atividade econômica

No período de 2010 a 2019, Serviços foi a atividade econômica que obteve maior ganho na participação do Valor Adicionado Bruto total do Nordeste, aumento de 4,6 pontos percentuais. A maioria das atividades do Setor de Serviços ganhou participação no Valor Adicionado do Nordeste, com destaque para Educação e saúde do setor privado (+1,8 p.p.), Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (+1,4 p.p.) e Atividades imobiliárias (+1,0 p.p.), conforme dados da Tabela 8.

A Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social se manteve como a atividade com maior peso no Valor Adicionado bruto (25,9%), vide Tabela 8. Desde 2012, vem ganhando gradativamente participação no VAB regional, que de certa forma, influenciou nos ganhos de participação dos menores municípios da Região, já que esses têm boa parte de suas economias apoiada nesta atividade.

Em sentido contrário, a Indústria foi a atividade econômica que mais perdeu participação no Valor Adicionado total da Região, redução de 4,4 pontos percentuais. As subatividades da Indústria que perderam peso no Valor Adicionado foram: Construção (-3,4 p.p.), Indústrias extrativas (-1,3 p.p.) e Indústria de transformação (-0,7 p.p.). No entanto, Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação avançou 0,9 ponto percentual no período de 2010 a 2019.

Avaliando os segmentos produtivos da Região Nordeste, percebe-se que o Valor Adicionado Bruto da agropecuária permaneceu praticamente estável, em comparação com ano de 2010. Enquanto, Agricultura, inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita e Pecuária, inclusive apoio à pecuária perderam cada uma 0,1 p.p. de peso no período 2010 a 2019; a Produção florestal, pesca e aquicultura avanço 0,1 p.p. no Valor Adicionado bruto no período 2010 a 2019.

Tabela 7 - Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto total da Região Nordeste (%) - 2010-2019

Atividades econômicas	Participação no Valor Adicionado Bruto (%)												
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
<b>Agropecuária</b>	<b>6,7</b>	<b>7,0</b>	<b>6,2</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,5</b>	<b>6,2</b>	<b>6,6</b>	<b>6,7</b>	<b>6,5</b>			
Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita	4,4	4,7	4,0	3,9	4,0	4,0	3,7	4,2	4,5	4,2			
Pecuária, inclusive apoio à Pecuária	1,8	1,8	1,7	1,7	1,7	1,8	1,8	1,7	1,6	1,7			
Produção florestal, pesca e aquicultura	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6			
<b>Indústria</b>	<b>22,9</b>	<b>22,1</b>	<b>21,7</b>	<b>20,3</b>	<b>19,4</b>	<b>19,9</b>	<b>19,5</b>	<b>18,9</b>	<b>18,9</b>	<b>18,5</b>			
Indústrias extrativas	2,1	2,4	2,7	2,3	1,6	1,0	0,4	0,5	0,8	0,9			
Indústrias de transformação	9,7	8,4	7,6	7,8	7,7	9,0	9,6	9,6	9,3	9,0			
Eletricidade e gás, água, esgoto, ativ. de gestão de resíduos e descontaminação	3,3	3,1	3,1	1,9	2,2	2,6	3,2	3,6	4,0	4,2			
Construção	7,8	8,2	8,4	8,3	7,9	7,3	6,3	5,1	4,7	4,4			
<b>Serviços</b>	<b>70,4</b>	<b>70,9</b>	<b>72,1</b>	<b>73,5</b>	<b>74,3</b>	<b>73,6</b>	<b>74,3</b>	<b>74,5</b>	<b>74,4</b>	<b>75,0</b>			
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,4	14,3	14,8	14,7	15,0	13,8	13,8	13,8	13,3	13,3			
Transporte, armazenagem e correio	3,6	3,8	3,7	3,7	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,8			
Alojamento e alimentação	2,7	2,9	2,9	3,0	3,1	2,9	3,0	3,3	3,3	3,3			
Informação e comunicação	2,0	2,0	1,8	1,8	1,9	1,8	1,6	1,7	1,8	1,8			
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,1	3,0	3,1	3,0	3,2	3,5	3,9	3,8	3,6	3,8			
Atividades imobiliárias	8,7	8,8	9,6	10,0	10,0	10,3	10,4	10,1	10,0	9,7			
Atividades profissionais, científicas e técnicas, adm. e serv. complementares	5,9	6,1	6,3	6,5	6,8	6,1	6,1	6,0	6,2	6,3			
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	24,4	24,3	23,8	24,3	24,3	24,7	25,0	25,2	25,2	25,9			
Educação e saúde privadas	2,6	2,7	3,0	3,4	3,5	3,8	4,0	4,0	4,3	4,3			
Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	1,6	1,7			
Serviços domésticos	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2			
<b>Total das Atividades</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene.

Examinando sob a ótica da participação dos grandes setores no PIB do Brasil, verifica-se que a Agropecuária, no período 2010–2019, permaneceu praticamente estável, ganho de 0,05 p.p. na participação do Valor Adicionado Bruto do País, em comparação com o ano de 2010. Este setor passou a contribuir com 4,9 pontos percentuais do PIB do Brasil no ano de 2019. Cabe salientar que o Setor Agropecuário brasileiro perdeu participação nos três últimos, consecutivamente (2017-2018-2019); além das perdas anteriores nos anos de 2012, 2014 e 2015 (Tabela 8).

Observando a participação do Setor Agropecuário de cada Região, Centro-Oeste e Norte mantiveram-se com as maiores participações, 10,1% e 8,8%, respectivamente. As três regiões que perderam participação foram o Sul (-0,5%), Sudeste (-0,4%) e Nordeste (-0,2%).

Na análise dos anos de 2010 a 2019, quanto à participação do Setor Agropecuário no PIB de cada estado do Nordeste, observa-se que este setor é representativo para a formação do PIB dos estados do Alagoas (17,8%), Maranhão (8,7%), Piauí (8,0%), Bahia (6,8%), Sergipe (5,1%) e Ceará (5,1%), acima da média nacional de 4,9%.

Neste período, os únicos estados nordestinos em que a participação da Agropecuária cresceu foram em Alagoas (+5,9 p.p.), Piauí (+2,0 p.p.), Rio Grande do Norte (+0,6 p.p.) e Ceará (+0,1 p.p.). Em todas as demais Unidades Federativas, ou a agropecuária manteve-se estável (Pernambuco, 4,5%) ou perdeu participação no PIB dos estados, com a maior redução no Estado do Maranhão, na margem de -2,4 ponto percentual.

Em Alagoas, Piauí e Ceará, o avanço na participação foi em decorrência do aumento das contribuições da Agricultura, *inclusive apoio à agricultura e à pós-colheita*, que avançaram +5,9 p.p., +2,8 p.p. e +0,7 p.p., respectivamente, no período de 2010 a 2019.

O avanço da participação do Setor Agropecuário no Rio Grande do Norte foi amparado pelo resultado de expansão em Produção florestal, pesca e aquicultura que avançou 0,7 p.p., passando a contribuição da atividade silvícola de 1,2% em 2010, para 1,9% em 2019.

Tabela 8 - Setor Agropecuário, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões / Estado <sup>(1)</sup>	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Norte</b>	<b>8,5</b>	<b>8,9</b>	<b>9,4</b>	<b>10,6</b>	<b>10,2</b>	<b>10,6</b>	<b>11,3</b>	<b>10,5</b>	<b>9,4</b>	<b>8,8</b>
Rondônia	11,0	10,4	12,4	12,0	12,7	13,4	13,9	15,0	14,2	13,9
Acre	10,4	10,6	10,5	11,3	10,7	10,8	11,7	10,5	8,9	7,5
Amazonas	4,4	7,3	6,9	7,5	7,2	8,0	7,7	7,1	6,5	5,5
Roraima	2,4	2,6	3,0	4,6	4,3	5,5	5,5	5,4	5,2	5,5
Pará	10,7	9,9	10,5	13,2	11,9	12,3	13,8	11,8	10,2	9,2
Amapá	2,6	2,5	2,7	2,2	2,2	2,1	2,1	2,1	1,9	1,9
Tocantins	11,7	12,7	12,5	12,5	13,9	13,0	12,7	13,5	13,1	14,2
<b>Nordeste</b>	<b>6,7</b>	<b>7,0</b>	<b>6,2</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>6,5</b>	<b>6,2</b>	<b>6,6</b>	<b>6,7</b>	<b>6,5</b>
Maranhão	11,0	11,2	10,3	11,4	10,8	10,4	8,0	9,5	8,9	8,7
Piauí	6,0	8,4	7,8	6,4	7,4	7,8	5,1	9,4	9,9	8,0
Ceará	5,1	6,5	4,7	5,1	5,2	4,5	4,7	5,8	5,2	5,1
Rio Grande do Norte	3,6	3,7	3,2	3,2	3,2	3,2	3,5	3,8	4,4	4,2
Paraíba	4,6	5,4	4,1	4,5	3,9	3,8	4,1	3,9	4,0	3,6
Pernambuco	4,8	4,4	3,5	3,5	3,3	3,9	4,3	3,9	4,2	4,5
Alagoas	12,0	10,6	9,5	10,4	11,1	11,5	15,1	13,5	12,7	17,8
Sergipe	6,4	5,2	5,1	5,7	5,2	5,0	5,0	5,4	3,8	5,1
Bahia	7,9	8,2	8,0	7,3	7,9	8,3	7,2	6,7	7,6	6,8
<b>Sudeste</b>	<b>2,4</b>	<b>2,5</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>2,2</b>	<b>2,1</b>	<b>2,7</b>	<b>2,5</b>	<b>2,1</b>	<b>2,0</b>
Minas Gerais	5,6	6,8	6,6	5,6	5,6	5,3	6,9	5,7	5,2	4,6
Espírito Santo	3,2	3,5	3,3	3,3	3,4	3,8	4,6	4,7	3,8	3,6
Rio de Janeiro	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5
São Paulo	2,1	2,0	1,9	1,9	1,8	1,6	2,1	2,0	1,7	1,7
<b>Sul</b>	<b>8,3</b>	<b>8,2</b>	<b>7,3</b>	<b>9,4</b>	<b>8,6</b>	<b>8,4</b>	<b>9,3</b>	<b>8,5</b>	<b>8,3</b>	<b>7,8</b>
Paraná	9,2	9,5	9,2	10,4	9,5	9,0	9,9	9,4	9,5	8,5
Santa Catarina	6,9	6,1	5,5	6,7	6,2	6,0	6,9	6,1	5,5	5,7
Rio Grande do Sul	8,3	8,3	6,6	10,0	9,3	9,4	10,2	9,2	9,0	8,6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,6</b>	<b>9,9</b>	<b>10,8</b>	<b>10,9</b>	<b>10,0</b>	<b>9,7</b>	<b>10,9</b>	<b>9,9</b>	<b>10,5</b>	<b>10,1</b>
Mato Grosso do Sul	17,2	17,5	17,7	17,7	17,3	18,4	19,3	17,6	19,0	17,1
Mato Grosso	16,8	22,1	24,7	23,5	21,0	19,8	22,4	20,1	20,9	21,4
Goiás	11,1	11,0	11,5	12,3	10,7	10,4	12,2	11,3	11,4	11,4
Distrito Federal	0,3	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,5	0,4
<b>Brasil</b>	<b>4,8</b>	<b>5,1</b>	<b>4,9</b>	<b>5,3</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>5,7</b>	<b>5,3</b>	<b>5,2</b>	<b>4,9</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Participação no PIB de cada Estado, ou Região ou do País.

O Setor Industrial, no período 2010–2019, teve uma participação média de 23,8% no Valor Adicionado Bruto brasileiro. Em 2019, houve queda de participação em torno de 5,6 pontos percentuais em relação a 2010. Observa-se redução contínua ao longo de todo o período. Em 2010, a participação era de 27,4%.

Analisando regionalmente a participação do Setor Industrial em cada Região, o Norte manteve seu lugar de destaque, cuja participação da produção industrial contribuiu com 27,6%, no Valor Adicionado Bruto da Região. Deve-se ressaltar, contudo, que a hegemonia do Norte apresentou perda de 4,5% de participação no VAB regional, no período de 2010 a 2014. A Região Sul é a segunda em participação do setor industrial no VAB da Região, configurando contribuição de 24,8%, apesar da perda de participação de 4,3 p.p. As regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste participam com índices médios de 22,6%, 18,5% e 13,8%, respectivamente, salientando que o Sudeste foi a Região com maior perda de participação do setor industrial no VAB regional, redução em 6,5 pontos percentuais, no período (Tabela 9).

Quanto à participação do Setor Indústria no VAB de cada estado do Nordeste, em 2019, observa-se que este setor é mais relevante na composição do Valor Adicionado dos estados da

Bahia (21,8%), Pernambuco (19,7%) e Sergipe (19,7%), participação acima da regional (18,5%). No entanto, no período de 2010 a 2019, a contribuição do setor industrial foi reduzida em todas as Unidades Federativas, com maiores perdas em Sergipe (-9,2 p.p.) e Alagoas (-7,3 p.p.), exceto o Maranhão, que aumentou a participação em 0,5 ponto percentual no período 2010-2019.

No Maranhão, teve ampliação relativa nas Indústrias justificada, em grande medida, pela expansão dos segmentos da Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação e das Indústrias de transformação, avançaram 3,3 p.p. e 2,2 p.p, nesta ordem, no período de 2010 a 2019. Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação passou de 2,1% da participação na Indústria em 2010 para 5,4% em 2019.

Tabela 9 - Setor Industrial, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões / Estado <sup>(1)</sup>	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Norte</b>	<b>32,1</b>	<b>33,4</b>	<b>29,5</b>	<b>28,8</b>	<b>26,0</b>	<b>25,0</b>	<b>23,9</b>	<b>26,2</b>	<b>26,0</b>	<b>27,6</b>
Rondônia	22,8	24,5	20,9	19,3	17,9	18,5	18,6	20,9	17,5	16,5
Acre	14,4	11,5	11,4	10,6	11,3	10,0	8,6	8,0	8,0	7,2
Amazonas	42,7	42,4	38,5	36,9	34,5	33,3	34,7	33,2	33,2	36,4
Roraima	13,5	12,1	10,8	12,9	11,2	9,5	8,6	8,6	11,0	7,8
Pará	35,5	38,3	33,4	33,2	29,5	28,0	25,3	30,9	31,0	34,3
Amapá	7,7	9,2	11,9	13,2	10,5	12,9	11,8	10,7	11,7	9,3
Tocantins	21,0	19,4	18,5	16,6	15,8	14,5	13,3	14,7	12,3	11,9
<b>Nordeste</b>	<b>22,9</b>	<b>22,1</b>	<b>21,7</b>	<b>20,3</b>	<b>19,4</b>	<b>19,9</b>	<b>19,5</b>	<b>18,9</b>	<b>18,9</b>	<b>18,5</b>
Maranhão	16,7	18,1	19,7	19,0	17,9	19,6	17,4	17,0	18,5	17,3
Piauí	16,3	16,3	15,2	12,3	15,9	13,6	12,7	12,1	12,4	12,3
Ceará	21,9	21,3	21,2	20,4	19,2	19,6	19,2	17,1	18,1	17,1
Rio Grande do Norte	23,9	24,6	24,9	23,4	21,9	21,0	19,0	18,6	19,1	18,4
Paraíba	18,2	18,7	19,4	17,9	16,7	17,2	15,6	15,2	15,5	15,4
Pernambuco	21,9	21,6	22,0	21,5	18,6	20,0	19,7	20,9	20,3	19,7
Alagoas	19,3	22,8	20,0	17,6	16,0	15,2	12,4	12,6	12,0	12,1
Sergipe	29,0	29,7	30,5	25,6	24,6	22,7	20,1	19,1	20,0	19,7
Bahia	27,1	23,8	22,1	20,5	21,0	22,1	23,7	22,5	21,5	21,8
<b>Sudeste</b>	<b>29,1</b>	<b>28,9</b>	<b>27,7</b>	<b>26,5</b>	<b>25,5</b>	<b>23,3</b>	<b>21,5</b>	<b>21,5</b>	<b>23,0</b>	<b>22,6</b>
Minas Gerais	33,2	33,2	31,0	30,6	28,8	26,1	24,8	25,4	26,5	27,1
Espírito Santo	38,6	43,2	42,7	40,5	38,9	31,1	24,5	22,3	32,4	26,5
Rio de Janeiro	29,8	31,1	32,5	30,4	29,6	23,6	18,2	18,6	23,8	25,1
São Paulo	27,1	25,8	23,8	22,8	22,0	21,9	21,4	21,2	21,1	20,3
<b>Sul</b>	<b>29,2</b>	<b>29,2</b>	<b>28,1</b>	<b>26,5</b>	<b>25,8</b>	<b>25,4</b>	<b>25,0</b>	<b>24,6</b>	<b>24,2</b>	<b>24,8</b>
Paraná	28,1	28,3	26,7	26,1	25,2	25,4	25,7	25,4	24,5	26,1
Santa Catarina	32,7	33,7	32,3	30,8	30,3	28,7	27,1	27,0	26,7	26,6
Rio Grande do Sul	27,9	27,1	26,6	24,2	23,4	23,2	23,0	22,4	22,4	22,5
<b>Centro-Oeste</b>	<b>17,9</b>	<b>17,2</b>	<b>16,8</b>	<b>16,9</b>	<b>16,1</b>	<b>15,9</b>	<b>14,9</b>	<b>13,9</b>	<b>14,0</b>	<b>13,8</b>
Mato Grosso do Sul	22,6	22,6	22,5	22,1	21,6	22,0	22,6	22,1	22,3	21,5
Mato Grosso	19,6	17,9	15,7	17,6	17,4	17,5	16,4	15,2	15,8	16,3
Goiás	28,3	26,9	25,9	25,8	23,8	24,5	22,9	21,7	20,8	21,2
Distrito Federal	7,6	7,1	7,0	6,4	6,6	5,4	4,7	3,9	4,2	3,9
<b>Brasil</b>	<b>27,4</b>	<b>27,2</b>	<b>26,0</b>	<b>24,9</b>	<b>23,8</b>	<b>22,5</b>	<b>21,2</b>	<b>21,1</b>	<b>21,8</b>	<b>21,8</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Participação no PIB de cada Estado, ou Região ou do País.

O Setor de Serviços, em 2019, foi responsável por 73,3% do Valor Adicionado Bruto brasileiro. Entre 2010 e 2019, o setor aumentou sua participação em 5,5 p.p. À exceção de 2018, o setor vem crescendo continuamente, conforme a tabela 10.

Em relação à composição do setor no VAB de cada Região, as regiões Centro-Oeste e Sudeste continuam com as maiores participações, contribuindo com respectivos 76,1% e 75,4% no VAB

da Região, em 2019. O Nordeste tem percentual muito próximo à Região Sudeste, computando 75,0%, além do crescimento de sua participação em 4,6 p.p.

Nas Unidades Federativas do Nordeste, apenas Alagoas (70,1%) e Bahia (71,3%) apresentam contribuição inferior à média nacional para a formação dos seus respectivos Valor Adicionado Bruto. Destaque para Paraíba (81,0%), Piauí (79,7%) e Ceará (77,8%). Em crescimento da participação no Setor de Serviços, no período de 2010 a 2019, as maiores contribuições foram em Sergipe (+10,5 p.p.), Bahia (+6,4 p.p.), Rio Grande do Norte (+4,9 p.p.) e Ceará (+4,8 p.p.).

Em Sergipe, o ganho de participação de 10,5 p.p. em serviços, de 2010 a 2019, foi resultado influenciado, em grande medida, pelo aumento do valor relativo da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (+3,0 p.p.), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+2,2 p.p.) e Atividades imobiliárias (+2,0 p.p.).

Na Bahia, o aumento de participação no setor de serviços justificou-se, sobretudo, pela Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social que avançou 2,6 p.p. entre 2010 e 2019, e por Educação e saúde privadas, em que houve impacto na participação em 2,5 p.p. no período.

No Rio Grande do Norte, houve aumento relativo principalmente nas atividades de Educação e saúde privadas, crescimento de +1,7 p.p. no período de 2010 a 2019, seguido pelo avanço relativo de +1,5 p.p. em Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

O Ceará ampliou sua participação em Serviços principalmente em decorrência do crescimento relativo das Atividades imobiliárias, que incrementou +1,8 p.p. no período; na sequência, a variação relativa de +1,5 p.p. nas atividades de Educação e saúde privadas.

Tabela 10 - Setor Serviços<sup>(2)</sup>, participação no Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (%)

Regiões / Estado <sup>(1)</sup>	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>Norte</b>	<b>59,5</b>	<b>57,7</b>	<b>61,2</b>	<b>60,5</b>	<b>63,8</b>	<b>64,4</b>	<b>64,9</b>	<b>63,3</b>	<b>64,6</b>	<b>63,6</b>
Rondônia	66,2	65,1	66,7	68,7	69,3	68,1	67,5	64,2	68,2	69,6
Acre	75,2	77,9	78,2	78,2	77,9	79,1	79,7	81,6	83,1	85,3
Amazonas	52,9	50,3	54,6	55,6	58,3	58,7	57,5	59,7	59,2	58,2
Roraima	84,1	85,3	86,2	82,5	84,5	85,0	85,9	86,0	83,7	86,7
Pará	53,8	51,8	56,2	53,7	58,6	59,7	61,0	57,3	58,8	56,5
Amapá	89,8	88,3	85,4	84,7	87,4	85,1	86,1	87,2	86,5	88,8
Tocantins	67,3	68,0	69,0	70,8	70,2	72,5	74,0	71,8	74,7	74,0
<b>Nordeste</b>	<b>70,4</b>	<b>70,9</b>	<b>72,1</b>	<b>73,5</b>	<b>74,3</b>	<b>73,6</b>	<b>72,8</b>	<b>74,5</b>	<b>74,4</b>	<b>75,0</b>
Maranhão	72,2	70,7	70,1	69,7	71,3	70,0	65,3	73,5	72,5	74,0
Piauí	77,7	75,3	76,9	81,3	76,7	78,7	82,3	78,5	77,6	79,7
Ceará	73,0	72,2	74,1	74,5	75,6	75,9	76,1	77,2	76,7	77,8
Rio Grande do Norte	72,5	71,7	72,0	73,4	74,9	75,8	77,5	77,6	76,6	77,4
Paraíba	77,2	75,9	76,6	77,6	79,4	79,0	80,3	81,0	80,6	81,0
Pernambuco	73,3	74,0	74,5	75,0	78,1	76,1	76,0	75,3	75,5	75,8
Alagoas	68,7	66,6	70,5	72,1	73,0	73,3	72,5	69,6	71,4	70,1
Sergipe	64,7	65,1	64,4	68,8	70,1	72,2	75,0	75,5	76,2	75,2
Bahia	65,0	68,1	69,9	72,2	71,1	69,6	69,1	70,8	70,8	71,3
<b>Sudeste</b>	<b>68,5</b>	<b>68,6</b>	<b>69,8</b>	<b>71,3</b>	<b>72,3</b>	<b>74,6</b>	<b>75,8</b>	<b>76,1</b>	<b>74,9</b>	<b>75,4</b>
Minas Gerais	61,2	60,0	62,4	63,8	65,5	68,6	68,3	68,9	68,3	68,3
Espírito Santo	58,2	53,4	54,0	56,3	57,7	65,2	70,9	73,0	63,9	69,8
Rio de Janeiro	69,8	68,4	67,0	69,1	69,9	75,9	81,2	80,9	75,7	74,5
São Paulo	70,8	72,3	74,3	75,4	76,2	76,4	76,5	76,7	77,2	78,0
<b>Sul</b>	<b>62,5</b>	<b>62,6</b>	<b>64,6</b>	<b>64,1</b>	<b>65,6</b>	<b>66,2</b>	<b>65,7</b>	<b>66,9</b>	<b>67,4</b>	<b>67,3</b>
Paraná	62,7	62,2	64,1	63,5	65,3	65,6	64,4	65,2	66,0	65,5
Santa Catarina	60,5	60,2	62,2	62,5	63,5	65,3	66,0	66,9	67,7	67,8
Rio Grande do Sul	63,7	64,5	66,7	65,7	67,3	67,4	66,8	68,5	68,6	68,8
<b>Centro-Oeste</b>	<b>73,5</b>	<b>72,9</b>	<b>72,4</b>	<b>72,2</b>	<b>73,9</b>	<b>74,5</b>	<b>74,2</b>	<b>76,2</b>	<b>75,5</b>	<b>76,1</b>
Mato Grosso do Sul	60,2	59,8	59,8	60,2	61,0	59,6	58,1	60,3	58,7	61,4
Mato Grosso	63,5	60,1	59,6	58,9	61,6	62,7	61,2	64,8	63,3	62,4
Goiás	60,5	62,0	62,6	61,9	65,6	65,1	64,9	67,0	67,8	67,4
Distrito Federal	92,2	92,4	92,6	93,2	92,9	94,3	94,9	95,7	95,3	95,7
<b>Brasil</b>	<b>67,8</b>	<b>67,7</b>	<b>69,1</b>	<b>69,9</b>	<b>71,2</b>	<b>72,5</b>	<b>73,1</b>	<b>73,5</b>	<b>73,0</b>	<b>73,3</b>

Fonte: IBGE (2021). Elaboração BNB/Etene. Nota: (1) Participação no PIB de cada Estado, ou Região ou do País; (2) Inclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

## 5 CONCLUSÃO

A economia brasileira viveu ciclos de crescimento econômico no período 2010 – 2019. Observa-se que no período de 2010 a 2013, o incremento anual refletiu os largos superávits das contas externas, que além dos preços das commodities também sentiam os efeitos benéficos do humor externo favorável às economias emergentes. A partir de 2014, os preços das *commodities* começaram a desabar no mercado internacional e os termos de troca deixam de ser favoráveis ao País. Associado a isso, políticas expansionistas foram adotadas – indução ao aumento do crédito, redução das taxas de juros e crescimento do gasto público – e tudo isto não arrefeceu o começo do ciclo recessivo a partir de 2014. De 2014 a 2016, o decréscimo do PIB ocorreu em todas as Regiões do País. Somente, a partir de 2017, a economia brasileira se realinha no novo ciclo de crescimento, registrando três anos consecutivos de crescimento. Porém, essas variações não foram suficientes para reverter a queda de 6,7% acumulada em 2015 e 2016, segundo o IBGE.

Em 2019, a decomposição dos componentes do PIB pela ótica da renda no Brasil, foi de 43,5% na remuneração do trabalho, 41,2% no excedente operacional bruto (rendimento do capital) e rendimento misto (renda obtida por autônomos e empregadores) e 15,2% em impostos totais. O valor Adicionado representava 86,0% do PIB.

Na Região Nordeste (46,7%), a remuneração do trabalho tem um peso maior que nas demais, com exceção do Centro-Oeste (46,7%). O Nordeste é o que tem o menor peso do excedente operacional bruto e do rendimento misto no PIB pela ótica da renda, com 39,8%, em 2019. Este fato é corroborado pelo peso da Administração pública nos Estados do Nordeste.

O crescimento acumulado do PIB nacional de 14,9%, no período 2010 – 2019, foi corroborado pela expansão econômica em todas as regiões do País – Norte (+28,6%), Centro-Oeste (+28,7%), Nordeste (+16,9%), Sul (+18,1%) e Sudeste (+9,9%) – destacando os estados de Tocantins (+53,7%), Mato Grosso (+50,5%), Roraima (+41,8%), Mato Grosso do Sul (+39,1%) e Maranhão (+30,2%), que tiveram as melhores taxas no País.

Na Região Nordeste, além do Maranhão (+30,2%), merecem destaques no crescimento acumulado do PIB, no período de 2010 a 2019, os estados da Piauí (+27,1%), Paraíba (+26,9%), Alagoas (+20,7%), Ceará (+20,1%) e Pernambuco (+19,5%), que cresceram acima do nível do País e da Região, fazendo com que o Nordeste, em sua totalidade, também tenha crescido acima da média nacional.

O grau de concentração da economia brasileira ainda é considerado muito alto. Em 2019, os cinco maiores estados em termo de volume do PIB nacional, São Paulo (31,6%), Rio de Janeiro (10,8%), Minas Gerais (8,8%), Rio Grande do Sul (6,5%) e Paraná (6,3%), concentravam 64,0% do PIB nacional, quase 2/3 da economia do País. Em relação a 2010, em função da queda de

participação do Estado de São Paulo, estes cinco estados sofreram, em média, uma redução conjunta de 1,9 ponto percentual de participação. Os estados que perderam participação foram São Paulo (-1,54 ponto percentual), Rio de Janeiro (-1,02 p.p.), Espírito Santo (-0,34 p.p.), Minas Gerais (-0,21 p.p.) e Amazonas (-0,10 p.p.). No caso de São Paulo, o Estado perde participação a cada ano desde 2010, acompanhando a perda de participação da indústria de transformação.

Observe-se, também, que as desigualdades intrarregionais mantêm-se quase no mesmo patamar. Mesmo com a perda de participação do PIB da Bahia de 0,01 p.p. em relação ao PIB nacional, no período de 2010 a 2019, três dos menores estados da Região Nordeste ganharam menos de 0,1 p.p. de participação no PIB nacional (Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba) e um perdeu 0,01 p.p. em sua participação (Sergipe).

No período 2010 – 2019, o PIB *per capita* brasileiro melhorou. Os dados do IBGE apresentam um PIB *per capita* de 2019 de R\$ 35.162. O IBGE também divulgou o PIB *per capita* de 2010, R\$ 20.372; observa-se, então, crescimento nominal de 72,6%. O crescimento nominal do PIB *per capita* nordestino foi bem superior, 86,4%. Assim, a participação do PIB *per capita* do Nordeste foi de 52,2% do País, em 2019, aumento em 3,9 p.p., em relação ao ano de 2010, quando o PIB *per capita* regional participava de 48,3% da média do País. Assim, sinalizando um ritmo de aproximação da Região para a média nacional, caso este processo continue ao longo dos próximos anos.

Apesar do melhor desempenho da economia nordestina em relação à média nacional, no período 2010 – 2019, a Região Nordeste continua exibindo o menor PIB *per capita*, ficando em torno de 52,2% da média nacional (em 2010 esta relação era 48,3%). Cabe salientar que o foco das ações estratégicas para reduzir as desigualdades entre a Região Nordeste e a média nacional, não deve ser o crescimento do PIB, em termos absolutos, e sim a convergência do PIB *per capita* regional para a média nacional, associado à redução das desigualdades sociais.

No País, Serviços foi a atividade que mais ganhou participação no Valor Adicionado Bruto, no período de 2010 a 2022. Já a Agropecuária, permaneceu estável no decorrer dos anos. Enquanto, a Indústria perdeu participação no Valor Adicionado total, queda de 5,6 pontos percentuais, com redução contínua desde 2010.

Entre as subatividades, Indústrias de transformação (-3,0 p.p.) foi que mais perdeu peso no Valor Adicionado Bruto; na sequência, Construção que oscilou ao longo do período, e apresentou perda significativa de 2,4 pontos percentuais, seguida por Indústrias extrativas (-0,4 p.p.), Informação e comunicação (-0,4 p. p.) e Pecuária, inclusive apoio à pecuária (-0,1).

Em sentido contrário, a maioria das atividades ganhou participação no Valor Adicionado do País, destaque para Educação e saúde privadas (+1,5 p.p.), Atividades imobiliárias (+1,4 p.p.), Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridades social (+1,1 p.p.), Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (+0,6 p.p.), Atividades financeiras (0,4 p.p.) e Alojamento e alimentação (+0,4 p.p.). As atividades de Educação e saúde privadas e atividades imobiliárias, importantes em todas as Unidades da Federação, vêm ganhando participação a cada ano desde 2010, ao inverso da Indústria de transformação, que vem perdendo participação a cada ano.

Entre 2019 e 2018, no Brasil, o Valor Adicionado da Agropecuária avançou 0,4%. Entre as Unidades Federativas, quatorze tiveram incrementos em suas produções, com destaque nos

crescimentos Sergipe (+33,2%), Tocantins (+31,4%), Alagoas (+15,4%), Mato Grosso (+11,5%), Ceará (+9,8%) e Pernambuco (+7,5%).

A Indústria no Brasil apresentou perda de -0,7% em 2019, em seu Valor Adicionado Bruto, em relação a 2018, em razão dos resultados negativos das atividades das Indústrias de transformação (-0,4%) e Indústrias Extrativas (-9,1%). As atividades com resultado positivo em 2019 foram o setor de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação que avançou +2,6% e construção que cresceu +1,9%, em 2019.

Ainda sobre a Indústria, dezessete Unidades Federativas apresentaram crescimento, com destaque nas variações em Sergipe (+6,3%), Rio de Janeiro (+4,7%), Distrito Federal (+4,1%) e Roraima (+3,4%).

Na Região Nordeste, merecem destaque na Indústria, pela grande taxa de crescimento: Sergipe (+6,3%), Piauí (1,9%), Ceará (+1,7%), Maranhão (+0,9%), Pernambuco (+0,5%) e Bahia (+0,1%). Vale ressaltar que as Unidades Federativas da Região Nordeste tiveram desempenho bastante diversificado no setor industrial, em 2019, com o Estado de Sergipe crescendo 6,3%, enquanto Alagoas obteve na indústria queda de -2,9%.

Os Serviços, no Brasil, cresceram 1,5%, com destaque para a atividade de *Alojamento e alimentação* com taxa de 5,3%, seguido pela atividade de *Informação e comunicação* (+4,5%), *Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços* (+3,6%), *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares* (+3,3%) e *Atividades Imobiliárias* (+2,4%). Estas atividades representam 34,9% do Setor de Serviços. Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicos, defesa, seguridade social, atividade de maior peso do setor serviços (23,7%), decresceu apenas -0,4% e a segunda atividade de maior peso, Comércio (varejista e atacadista) e reparação de veículos automotores e motocicletas, com participação de 17,7% no setor, registrou variação positiva de +1,6%.

No Nordeste, em 2019, apesar da perda do volume de 0,6% em Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, a atividade ainda permanece como a maior em participação, com peso de 34,5%. Em relação ao ano anterior, o crescimento foi computado apenas em Bahia (+0,3%), Paraíba (+0,3%) e Rio Grande do Norte (+0,2%). O desempenho negativo do setor na Região foi atrelado aos resultados, principalmente, do Piauí (-2,8%), Alagoas (-2,1%) e Maranhão (-2,1%).

O Comércio no Nordeste foi representado no Setor de Serviços em 17,7% em 2019, e obteve crescimento de +0,1% frente ao ano anterior. Os índices positivos foram em Bahia (+1,5%), Pernambuco (+0,6%), Alagoas (+0,4%) e Maranhão (0,3%), com taxas superiores à média regional. Os estados de Piauí (-4,8%), Sergipe (-1,5%) e Paraíba (-1,3%) registraram variações mais acentuadas negativamente. Rio Grande do Norte e Ceará também apresentaram decréscimo em seus volumes, -0,4% e -0,1%, respectivamente.

O Setor de Serviços cresceu em oito estados da Região Nordeste, em 2019, com destaque para Bahia (+1,6%) e Rio Grande do Norte (+1,6%), variação acima da média nacional (+1,5%). Apenas Piauí registrou retração no volume, decréscimo de -0,6% frente ao ano anterior.

Quanto ao indicador de produtividade mostrado neste trabalho, todos os estados do Nordeste apresentaram índice abaixo da média do País (1,0). Os indicadores mais altos alcançados pelos estados do Nordeste foram em Pernambuco (0,59), Rio Grande do Norte (0,58), Bahia (0,56) e

Sergipe (0,55). Índice menor que um (1,0) indica precária geração de riqueza por habitante ou, dito de outra forma, maior incidência do número de habitantes vivendo em condições de pobreza, não observadas nas outras regiões.

A Região Nordeste fica em último lugar no indicador de produtividade. Seu nível de produtividade, quer dizer, sua geração de riqueza por habitante é apenas 52,2% da riqueza gerada por habitante do País.

## REFERÊNCIAS

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Regionais do Brasil: 2010-2019. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em dez.2021.